



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 17 - Nº 343 - DE 06 a 20 DE AGOSTO DE 2007 - R\$ 2,00

## A luta pela independência e democracia sindicais

## Balanco do 50º Congresso da UNE

## Greve do Metrô paralisa S. Paulo



## Acidente da TAM: Sensacionalismo e Politicagem

## Argentina As recentes eleições legislativas e seu balanço mais geral



## Bolívia: Evo cumpra suas promessas! Repressor dos trabalhadores mineiros de Huanuni

# Sensacionalismo e Politicagem

Ficou comprovado que o acidente da TAM teve como causas principais falhas mecânicas e humanas. O sistema de freio aerodinâmico não estava em perfeito estado e os pilotos não mudaram a posição do manete, que deveria passar do acelerado para o desacelerado. Com um reverso funcionando e um outro não, a aceleração do reverso da turbina direita impossibilitou o pouso normal e provocou o descontrole da aeronave.

A morte coletiva de 199 pessoas abalou emocionalmente a população. Tragédia que ocorreu em meio aos espetáculos televisivos dos Jogos Panamericanos. Lembremos que nesse mesmo contexto acabava de ocorrer mortandade no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, provocada pela incursão da polícia a pretexto da guerra do narcotráfico. O mês de julho de 2007, desgraçadamente, não será marcado pelos artifícios emocionais e pela propaganda do Pan, mas pelas catástrofes.

Mas ressaltaram diante do prédio em chamas da TAM o sensacionalismo da imprensa e a politicagem das forças que compõem o Estado. Um e outro estão interligados. Não brotou espontaneamente no seio da população uma comoção política provocada pela comoção tragédia do acidente.

Em torno da crise de superlotação dos aeroportos, que atinge particularmente a classe média, vinha se estabelecendo um embate entre Lula e a oposição, capitaneada pelo PSDB e PFL(DEM). O governo do segundo mandato procurando se estabelecer com o PAC e a oposição procurando mantê-lo acuado, como o fez em seu primeiro mandato. O caso Renan Calheiros, de um lado, e o dos aeroportos, de outro, se combinaram perfeitamente. O acidente da TAM se encaixou nesses embates.

A imprensa deu causa e veredicto imediato. O Airbus da TAM se descontrolou devido à falta de ranhuras na pista reformada. Essa era a causa principal. A tragédia estava anunciada há muito tempo. O governo é incompetente e culpado.

Lula, acuado como raposa na toca, ficou calado. Não fez como Clinton que ousou de se solidarizar com os família-

res das vítimas como aconteceu no acidente do Airbus nos Estados Unidos. E por aí a imprensa foi batendo e repetindo. O pronunciamento de Lula, dias depois, foi consoante com a oposição que tem a imprensa monopolista que dita o que quer para a população. Mostrou sua covardia e conveniência política.

Finalmente, foi anunciado que o Airbus estava com defeito no reverso (depois se verificou que também os spoilers das asas não funcionaram no pouso). Alegria no Planalto – Lula não era o culpado, porque afinal a pista molhada e escorregadia não era a culpada. Marcos Aurélio Garcia e Bruno Gaspar comemoraram dando um “toma” para a imprensa e para a oposição. Flagrados pela câmara clandestina da imprensa, foram apresentados como hereges que não respeitam a memória dos familiares. Reprisam-se a bola de fogo da TAM, e comentam-se os gestos chulos dos assessores do governo.

Último episódio da barafunda política. A CPI publica o resultado da “Caixa Preta” – os pilotos não acionaram corretamente o manete. Nova grita: por norma internacional, o conteúdo da caixa preta deve ser sigiloso - assim se protege os interesses das empresas. O governo estaria prejudicando a idoneidade do Brasil. Não importa que a imprensa e a oposição tenham se aproveitado da tragédia para avançar mais um pouco a crise política usando o sensacionalismo, com o claro objetivo de desmoralizar o governo.

Mas o fundamental do acontecimento não foi demonstrado. Pelo contrário, ficou acobertado. As mortes foram provocadas por interesses econômicos. A classe média de baixo poder aquisitivo corre aos aeroportos, mas o sistema não comporta. A ANAC – as agências funcionam de acordo com os interesses privados e não públicos – permitiu que as empresas de aviação usassem de uma capacidade além das possibilidades do sistema. Aí está a responsabilidade do governo e de toda política burguesa.

Lembremos que Lula e o governo do Rio de Janeiro despenderam R\$ 4 bilhões para o Pan, enquanto os pobres padecem nas filas de hospitais, os de-

sempregados não têm como tomar um simples ônibus e seus barracos são invadidos pela polícia.

## Pressão do PSDB e PFL

Tem sido possível organizar vaias contra Lula. A abertura do Pan foi marcada por vexame ao Presidente da República. O PT acusou a oposição de preparar a claque.

Nem bem passado o fato, veio o acidente da TAM. Lula se viu obrigado a cancelar a viagem ao Rio Grande do Sul, com medo de ser execrado. Mudou seus planos, foi apresentar as vantagens do PAC no centro-oeste e no nordeste. Novamente, enfrentou protesto.

É claro que parte da classe média se desloca para as manobras do PSDB/PFL. O objetivo da oposição é reduzir o apoio da maioria oprimida ao governo, que utiliza o assistencialismo e as condições econômicas favoráveis para controlá-la. O governo não tem feito outra coisa senão administrar crises.

O escândalo no Senado, com as denúncias de corrupção contra Renan Calheiros, vem passando ao largo do centro governamental, mas tem servido para atrapalhar as iniciativas de Lula com o PAC. A crise dos aeroportos, que explodiu com a queda do Avião da Gol, culminou com o acidente da TAM.

A oposição exigiu a demissão do Ministro da Defesa, Waldir Pires, do presidente da Infraero e renúncia dos membros da ANAC, todos ligados ao PT. Foi preciso que Lula implorasse para que Nelson Jobim, PMDB, assumisse o ministério.

A demonstração de que a mortandade da TAM foi causada por “falha técnica” e “humana” aliviou o governo e arrefeceu os ataques da oposição. Mas não lhe permitiu passar para a ofensiva. Permanece acuado.

A OAB lançou um movimento contra Lula – Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros”, com o lema “Cansei” – que conta com apoio da Fiesp, Febraban, Associação Comercial de São Paulo, Associação Brasileira de Rádio e TV etc. Bastam essas entidades para se ver que se trata da nata burguesa do País. Trata-se do “Cansei” dos tucanos, conforme o

PT indenticou.

De fato, a OAB encabeça um movimento contra o governo, como fez em seu primeiro mandato, pleiteando o impeachment de Lula. O PT ameaça reação acusando complô da imprensa e da oposição, que ameaça a democracia. No entanto, não prova ser capaz de arremeter a população contra a ofensiva do complô de direita, como assim qualifica.

As fraquezas do governo se manifestam justamente na incapacidade de enfrentar os ataques do PSDB/PFL, que não lhe dão margem para governar.

As greves do funcionalismo (Incra, Ibama e universidades) mostram o descontentamento de um setor que serviu de base eleitoral do PT. A oposição apóia a estratégia de desgaste e de desmoralização do governo justamente no fracasso de suas promessas de melhoria de vida das massas.

A burocracia sindical continua a servir ao governo. Está unida para obter a legalização das Centrais e botar as mãos no milionário imposto sindical. E o governo maneja os recursos para manter



os burocratas de seu lado. Tudo indica que o governo de Lula perderá apoio das camadas mais pobres. A classe média já bandeou para os apelos do PSDB/PFL. A crise governamental tende a se aprofundar.

A política da classe operária distingue claramente as disputas interburguesas e não se deixa arrastar por suas

manobras. Lula constitui um governo burguês, que procura servir ao grande capital, que por sua vez o deixa cada vez mais a mercê dos ataques da oposição. Os trabalhadores devem combater de conjunto a política burguesa. A estratégia é do governo operário e camponês, que se implantará pela revolução e ditadura do proletariado.

## A luta pela independência e democracia sindicais

Duas medidas movimentam as discussões sindicais: a Medida Provisória do governo Lula que impõe a legalização das Centrais e a Carta do PSTU à Inter-sindical sobre a fusão. Essas discussões estão ligadas aos interesses da burocracia sindical, seja ela direitista, reformista ou centrista. Não correspondem às necessidades da luta concreta contra a exploração capitalista e imediatas da maioria trabalhadora, que está voltada ao emprego, salário e manutenção de direitos trabalhistas.

### Divisão burocrática do movimento sindical

O governo Lula, no seu primeiro mandato, constituiu um Fórum Nacional sobre a Reforma Sindical e Trabalhista, com a participação de empresários e da burocracia sindical. O relatório final foi encaminhado ao Congresso Nacional,

mas não pôde ser votado em função da crise em torno das denúncias de corrupção envolvendo o PT e partidos da base aliada. Por meio de Medida Provisória (MP), o governo pretende, agora, aprovar o cerne da Reforma Sindical, que é a legalização das Centrais Sindicais. A partir daí, usar as Centrais para quebrar conquistas sociais que ainda permanecem na CLT. A burocracia sindical negociou o conteúdo da MP com o governo e espera que a decisão seja rapidamente materializada.

No Brasil, há 17 organizações gerais - Centrais, Confederações e Federações -, mas as mais conhecidas são a CUT e Força Sindical. Via de regra as Confederações e Federações são legados da estrutura sindical varguista. A maioria das Centrais nasceu de divisões burocráticas no interior da direitista Força Sindical ou da reformista CUT. Assim, pouco se

ouve falar da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da Social Democracia Sindical (SDS), da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), que pretendem, com a aprovação da MP, se fundir e dar origem a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Esses aparelhos resultaram da intervenção dos partidos burgueses no movimento sindical, como o PDT, PSDB e PMDB-MR-8. A CUT acabou se tornando um aparato do PT. Frações da burocracia sindical brasileiras se vinculam às agências internacionais da socialdemocracia, que representam interesses da burguesia imperialista.

Foi fruto da Reforma Sindical, a formação da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) por meio da cisão da CUT pelo PSTU. A proliferação de sindicatos e Centrais teve e tem também a ver com as divisões aparelhistas, com diferença de que o PSTU comparece no

campo da esquerda.

## **Imposto sindical alimenta a burocracia**

A existência de mais de 15 mil sindicatos é justificada pela volumosa soma de recursos advindos do imposto sindical. O imposto sindical, recolhido compulsoriamente de 27 milhões de trabalhadores com carteira assinada, significa nada menos do que 1 bilhão de reais por ano. Desse total, 60% são distribuídos entre os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% vão para o Ministério do Trabalho, que compõe o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Não por acaso, sindicatos são criados e controlados por famílias de burocratas, que jamais utilizaram esse dinheiro em favor dos trabalhadores.

Com a legalização das Centrais, Lula pretende usar 10% que cabem ao Ministério do Trabalho para distribuir entre as Centrais, obedecendo as exigências de funcionamento conforme a Reforma Sindical. De acordo com os dados oficiais, a CUT passaria de um orçamento de 5 milhões para 33 milhões de reais; a Força Sindical de 1,44 milhão para 13 milhões de reais anuais. Por isso, não houve burocrata que discordasse da Medida Provisória.

A aprovação definitiva da MP depende do aval do Ministério da Fazenda, que por meio da DRU (Desvinculação de Receitas da União) retira 20% do dinheiro do FAT para compor o superávit fiscal. Quirelas surgiram entre as burocracias, que exigem critérios para a partilha dos 10% do imposto sindical, nada menos do que 100 milhões de reais. Argumentam que algumas Centrais têm mais sindicatos do que outras, provocando dissensões em torno da partilha. Portanto, tudo gira em torno do repasse da fortuna do imposto sindical.

Demagogicamente, o presidente da CUT, Artur Henrique, em negociação com Lula, disse que é preciso acabar com o imposto sindical e criar a “contribuição negocial”. É sabido que a tal contribuição negocial faz parte da Reforma Sindical e potencia financeiramente as grandes Centrais.

Na realidade, o governo concederá a legalização das Centrais, mas exigirá mais compromisso na imposição da Reforma Trabalhista, Previdenciária e

outras medidas de ataque aos trabalhadores.

## **Fusão burocrática em busca do dinheiro**

A legalização das Centrais provocou uma corrida em torno da fusão. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) é o resultado da fusão entre CGT, CAT e SDS, que realizou um congresso de burocratas e escolheu o presidente do sindicato dos comerciários de São Paulo, Ricardo Patah, como presidente da UGT.

O congresso contou com representantes do governo Lula (Luiz Dulci e Luiz Marinho), com o governador Serra (PSDB) e do prefeito Kassab (DEM). Governos e burocracias selaram o compromisso de colaboração. O petista Dulci chegou ao ponto de dizer que se tratava de “um momento histórico para o País... está nascendo um novo instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira”. A UGT acabou ficando com 1.011 sindicatos e atende às exigências do decreto de Lula, que determina que as Centrais tenham pelo menos 5% de entidades de sua base. A legalização da UGT é de aparelho e se move em função da partilha do imposto sindical.

## **PCdoB – mais uma cisão na CUT**

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) aprovou uma resolução que avalia como positiva a proposta que vem sendo discutida em sua Corrente Sindical Classista (CSC) de construção de uma nova Central Sindical diante das mudanças da legislação e da legalização das Centrais.

A CSC faz parte da direção nacional da CUT, tendo Wagner Gomes como vice-presidente. Segundo o estalinista Gomes, a decisão de romper com a CUT e criar uma outra Central sairá ainda esse ano.

A cisão do PCdoB com a petista CUT se dá em função da corrida em torno dos milhões de reais que serão distribuídos para as Centrais. Do ponto de vista político, os estalinistas estão de mãos dadas aos petistas em torno de assegurar a governabilidade de Lula e a imposição de medidas antinacionais e antitrabalhadoras, como a Reforma Sindical e da Previdência. Portanto, nada tem a ver sobre divergências políticas com a CUT.

## **Conlutas em busca da Intersindical**

Com o diagnóstico de aprovação da Reforma Sindical ainda no primeiro mandato de Lula, o PSTU rompeu com a CUT e aprovou a campanha pela desfiliação dos sindicatos à Central petista. Até esse momento, o PSTU fazia parte da direção nacional da CUT.

Em 2006, realizou um congresso que reafirmou a cisão e referendou a Conlutas com o caráter de Central Sindical e Popular. O processo de desfiliação dos sindicatos da CUT não significou adesão imediata à Conlutas. Por razões diversas, entre elas as altas cotas de dinheiro exigidas pela CUT, alguns sindicatos romperam formalmente e não se filiaram à Conlutas.

As exigências da Reforma Sindical não permitem que a Conlutas seja legalizada. Assim, o PSTU intensificou seu chamado de fusão aos sindicatos que compõem a Intersindical (parte filiada a CUT e outra sem filiação), controlada pelo PSOL. A resolução aprovada pela Conlutas diz que, havendo acordo por parte da Intersindical, é possível “avancarmos na construção de uma organização unitária, fruto da fusão da Conlutas, Intersindical e outros setores que queiram somar-se a essa construção”. Conclui assinalando o congresso de maio de 2008 para selar a unificação.

Frente ao Congresso do PSOL (junho/2007), os morenistas do PSTU fizeram uma campanha para que se aprovasse a fusão da Intersindical com a Conlutas e a reedição da frente de esquerda eleitoral. O Congresso do PSOL adiou qualquer decisão, numa clara manobra de jogo aparelhista e oportunista. O PSTU continua conclamando o PSOL a unidade em torno de uma Central, que certamente pelos seus cálculos teria mais peso numérico e possibilidades de reconhecimento pela legislação lulista.

## **Disputas burocráticas pelos sindicatos**

Na realidade, há uma disputa entre as direções burocráticas para ganhar o maior número de sindicatos. O Ministério do Trabalho reconhece 8.640 sindicatos. Destes, 4.769 (58,5%) não são filiados a nenhuma das Centrais. Ganhar a adesão dessa parcela não filiada é objetivo dos burocratas. A desfiliação da CUT e a adesão dos sindicatos não filiados alimentam a política da Conlutas, da UGT

e, agora, do PCdoB.

O estalinismo foi contra a criação da CUT em 1983 e permaneceu junto aos interventores da ditadura militar nos sindicatos (Joaquim etc). Aderiu à CUT, em 1991, no momento em que o PT ganhou força eleitoral e a Central se projetou legalmente, embora não regulamentada pelo Estado. Agora ensaia sua cisão para se beneficiar da legislação imposta pela Reforma Sindical. Isso mostra o quanto o estalinismo é podre e contra-revolucionário.

Por enquanto, a Conlutas está calada diante da decisão do PCdoB. Como o PSTU gosta de fazer alarde frente aos acontecimentos das correntes consideradas de peso no chamado “campo de esquerda”, o silêncio é sintomático. Mais um caso de cisão que nada têm a ver com as lutas dos trabalhadores.

## **Trabalhadores à margem das cisões**

A imensa maioria dos explorados está à margem do que ocorre nas cúpulas dirigentes. As massas que enfrentam diariamente a opressão capitalista não fazem parte das disputas aparelhistas da burocracia sindical, da qual o PSTU com sua Conlutas está fazendo parte. O erro divisionista dos morenistas o coloca historicamente no campo do divisionismo socialdemocrata e estalinista. As campanhas contra as reformas, encabeçadas pela Conlutas, não testemunham o contrário. Demonstraram que a nova organização não expressa uma tendência de uma fração do proletariado de derrubar a burocracia direitista e reformista, constituindo outra organização nacional, que funcione como verdadeiro estado maior de unidade proletária contra a burguesia. Única justificativa para destruir a CUT burocrática. Sem isso, a Conlutas não poderá ter um papel revolucionário de conquista de independência de classe do proletariado.

## **Fenômeno da estatização dos sindicatos**

A estatização dos sindicatos e das Centrais ajudou consolidar e expandir a camada de burocratas que não expressa os interesses da classe que diz representar. É carne e unha dos governos e dos partidos eleitoreiros. Não por acaso o Ministro do Trabalho (Carlos Luppi) é

da Força Sindical e o Ministro da Previdência (Luiz Marinho) é da CUT. A UGT aposta no crescimento de sua força numérica para ampliar sua influência nos organismos do Estado.

A estatização em larga escala das organizações sindicais é um fenômeno típico da época imperialista do capitalismo, como demonstrou Trotsky por inúmeras experiências do sindicalismo europeu. O marxismo sempre se opôs e lutou contra as divisões provocadas pela burocracia e pela intervenção dos partidos burgueses no movimento operário.

As divisões e disputas aparelhistas são parte da transformação das Centrais e sindicatos em correia de transmissão da política burguesa para o seio do proletariado. Os sindicatos como instrumentos de conquistas econômicas e de reformas políticas do capitalismo ficaram para trás, pertencem à época do capitalismo liberal e concorrencial. Hoje, não podem cumprir essa função. O desenvolvimento das reivindicações de emprego, salário e de direitos políticos (independência sindical, direito de greve, de organização fabril etc) se choca com a necessidade de brutal exploração e atinge frontalmente a estabilidade do Estado burguês. O corporativismo sindical não tem como arrancar sequer migalhas setoriais. Dessa forma, não resta outra alternativa à burocracia direitista ou reformista senão colaborar com a burguesia para que esta implante suas medidas de aumento da taxa de exploração e de lucratividade.

O trabalho no seio dos sindicatos, no entanto, continua obrigatório. A luta contra a estatização e a eliminação da democracia sindical se tornou um dos pontos fundamentais da situação.

## **Resposta marxista ao estatismo e ao divisionismo**

A classe operária e demais explorados da cidade e do campo devem rechaçar os acordos entre governo e burocracias em torno da legalização das Centrais. Devem defender a independência política e organizativa dos sindicatos e das Centrais. Devem lutar pelo direito irrestrito de organização sindical e de greve. Devem se colocar contra o imposto sindical, as taxas negociais e outros mecanismos que penalizam os

trabalhadores, atrelam seus organismos de luta ao Estado e servem aos privilégios das burocracias dirigentes.

A independência e a unidade sindicais são princípios da democracia operária e, por isso, nada têm a ver com cisões e fusões aparelhistas.

A luta contra a Reforma Sindical e Trabalhista e outras da mesma natureza é fundamental para desmascarar os bandos de burocratas que negociam a retirada de direitos em troca de milhões de reais.

A tarefa é constituir as frações revolucionárias no seio das massas. É por meio delas que o partido revolucionário poderá intervir no movimento social e nos organismos sindicais. Ao invés de luta aparelhista, as frações revolucionárias defendem a luta de classe e o combate às burocracias sindicais, que se constituíram em prepostos da política burguesa no meio dos explorados.

Uma fração proletária se constituirá no interior das fábricas, se fortalecerá ajudando os operários a organizarem suas comissões fabris, a estabelecerem as reivindicações, a aplicarem a democracia coletiva das assembléias, a desenvolverem o método da ação direta, a conquistarem a unidade e a derrotarem a política colaboracionista e estatizante das burocracias.

A estatização e o divisionismo no movimento sindical favorecem a exploração capitalista. O grande capital necessita constantemente atacar os salários e aumentar sua liberdade de demitir em massa. Eis por que as reivindicações mais elementares como salário e emprego se chocam com os pilares do capitalismo. A defesa do programa de reivindicações da classe operária é combatida pela burguesia por meio da violência policial e pela política estatizante dos sindicatos.

A conquista da independência e democracia sindicais depende das massas oprimidas se levantarem pelo programa de transição, que combina as reivindicações elementares com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. É com o trabalho sistemático em defesa desse programa no seio da classe operária que o partido revolucionário ajudará a destruir os aparatos burocráticos e varrer a burocracia corrompida.

# Jogos Panamericanos: para a burguesia e politiquinhos, muito dinheiro; para os explorados, assassinio e miséria

## Barbárie e Luxo

Rio de Janeiro foi premiado. Fundação suíça New 7 Wonders elege Cristo Redentor uma das sete maravilhas do mundo. Espera-se aumentar o turismo. Os XV Jogos Pan-americanos chegam perto de ser maravilha. Destoam dessa pintura as mortes no complexo do Alemão. Destoam, mas encenam a mesma gravura. Maravilha e horror moldam a vida do Rio. Riqueza e miséria realçam o fantástico e o terror. Vila Pan-Americana, o requinte à altura da burguesia brasileira do Sudeste. Morros do Rio, um mar de pobreza à altura da burguesia brasileira do Sudeste. Gigantesca miséria da maioria; gigantesca riqueza da minoria. Retrato do desenvolvimento capitalista – desigual e combinado. Barbárie e Luxo.

## Alegria dos governantes

Lula e Cabral de mãos dadas. Construir na Barra da Tijuca uma vitrine para o mundo. Esporte profissional. Arte dos limites. Saúde, sangue e músculos. Homens e mulheres, treinados. Disputa e conagração. Equilíbrio, harmonia. Espartanos da América. Espetáculo, show. Aperfeiçoamento da espécie. Dinheiro não faltou, não falta. Lula, Cabral e burguesia estão felizes. Planejam gastar R\$ 800 milhões, mas esbanjaram R\$ 3,750 bilhões. Não faz mal, a causa é justa, é o que pensam. O Brasil pode, a burguesia é rica, os impostos garantem, a população é generosa. Todo mundo merece um grande momento. O Pan é de todos. Ficará na história dos esportes. Lula, Cabral e burguesia estão alegres pela história.

## Pacificação dos pobres

807 mortos pela polícia do Rio. Pobres, maioria de jovens e negros. Violenta estatística de 2006. Explicação: “resistência seguida de morte”. O que Lula, Cabral e burguesia querem? Pacificar os morros do Rio. 1.350 policiais cercam o Complexo do Alemão, pouco antes do Pan. 19 mortos, inúmeros feridos. Execuções, como denuncia a Anistia Inter-

nacional. Nenhuma, segundo o Secretário de Segurança. “Resistência seguida de morte”. “Mortes em confronto com a polícia”, dizem. Tudo muito natural. Há uma guerra. Cresce o tráfico, as quadrilhas se aperfeiçoam e a polícia os vencerá pelas armas. A população é atingida. Há mortos inocentes. Não importa, fazem parte da guerra. Os pobres devem arcar o custo da pacificação, para o bem dos ricos. É o que fazem Lula, Cabral, a burguesia e a polícia.

## Riqueza na criminalidade

O que pode fazer a juventude desempregada? Sofre, e vai para o crime. O tráfico pode acolhê-los. Vira profissão. Os pais nada podem fazer. Ou padecem de desemprego ou ganham miséria. A droga prolifera. É mercadoria. Clandestina, mas é mercadoria. Jovens traficantes, ladrões, muitos assassinos. Vida curta. Centenas de jovens têm a vida abreviada. Mas o crime não será erradicado pela mortandade. As prisões estão abarrotadas. A criminalidade não cede. Porque não cede o desemprego. O salário de fome está perpetuado. De nada adiantam rezas, ONGs da paz e matanças. É inesgotável a fonte do crime – o capitalismo. Fonte da miséria da maioria. O tráfico constituiu uma fração burguesa. Juizes, policiais, políticos etc. são comprados. Bancos e empresas lavam rios de dinheiro. A droga é negócio e tara da burguesia decadente. Mas quem paga com a vida é a juventude pobre.

## Governo dos ricos

Hospitais do Rio, destinados aos pobres, estão sucateados. Educação, destinada aos pobres, está despedaçada. Essa é a realidade de todo país. Os grandes centros urbanos expressam as mais profundas contradições econômicas e sociais. A guerra no Complexo do Alemão e as festividades luxuosas do Pan refletem a polarização. A população pobre dos morros, favelas e cortiços comparece como ameaça aos ricos. Mas o governo dos ricos só tem a oferecer às massas medidas contrárias a suas vidas. Os tra-

balhadores estão à mercê dos banqueiros, industriais, latifundiários. Governos e parlamentos apenas administram os interesses dos capitalistas. Reforma da Previdência, reforma da educação, reforma trabalhista, lei antigreve – eis o que o governo Lula tem a oferecer aos assalariados. Trabalhar mais, ganhar menos, contribuir mais. Lucrar mais, gastar menos, acumular mais reprimir mais. Esses são os fundamentos das reformas. Reforçam os pólos da pobreza e da riqueza.

## Combater a miséria

O fim da miséria será o fim da criminalidade. Mas a burguesia não tem como cumprir essa tarefa. Só tem a oferecer migalhas assistencialistas e violência policial. Lula prometeu que aumentaria o salário mínimo. Conta-gota no mar de fome. Mesmo assim, os capitalistas reclamam que as contas públicas estão prejudicadas. Os aposentados levam a culpa pelo déficit. Mas são os banqueiros que saqueiam os cofres da União. Multinationais que recebem subsídios. Latifundiários que não pagam a monumental dívida. Usineiros que viraram heróis. Se depender dos exploradores, as massas nunca sairão do precipício. Cabe à classe operária e aos demais explorados combater a miséria. Podemos nos unir em torno de um programa. Emprego a todos: dividir as horas nacionais de trabalho entre empregados e desempregados (é a escala móvel das horas de trabalho); Salário mínimo vital: uma família de quatro pessoas necessita de R\$ 2.500,00. Nenhum jovem fora da produção social e da escola – emprego a todo jovem, que combine a jornada de trabalho com a jornada de estudo. Terra aos camponeses: expropriação dos latifúndios e entrega das terras aos trabalhadores agrários. Essas tarefas são ponto de partida para eliminar a miséria, inviabilizar o uso da juventude pelo narcotráfico e acabar com a criminalidade.

## Transformar a propriedade privada

Miséria é produto da propriedade

privada dos meios de produção. Desperdício e luxo, quando a maioria vive na penúria, ocorrem porque a riqueza se acumula a partir a propriedade privada. Saúde requintada para os ricos, saúde precarizada para os pobres; bairros luxuosos burgueses, bairros operários e populares favelados, brutal desigualdade que brota da grande propriedade capitalista. Cresce o abismo entre riqueza acumulada e a pobreza expandida, graças à exploração das massas por meio da propriedade privada. O capitalismo funciona assim. Não é possível melhorar a vida dos trabalhadores nos quadros das relações capitalistas de produção. Não haverá desenvolvimento com distribuição de renda. É inviável a reforma agrária por meio do Estado burguês. A educação não se universalizará sob o controle de empresários e Igrejas. Vencer a miséria e erradicar a fome são tarefas da classe operária. O seu programa é o da transformação da grande propriedade privada em propriedade coletiva, socialista. Faz parte do programa o com-

## Rondônia

# Latifundiários queimam barracos de camponeses

O acampamento Flor do Amazonas foi duramente reprimido por jagunços, a mando dos fazendeiros locais na madrugada do dia 29 de junho.

Os acampados foram acordados por aproximadamente 20 homens encapuzados e armados pedindo que saíssem dos barracos. Os camponeses não tiveram tempo nem para pegar os documentos. Os capangas gritavam que eram a polícia. Jogaram gasolina ao redor dos barracos e atearam fogo. No momento do incêndio, mandavam que os acampados corressem para a floresta, sob a ameaça de que iam atirar. Alguns camponeses foram torturados, tiveram braços quebrados e escoriações por espancamentos com cipó de bambu.

## Tirania de latifundiários junto ao poder local

Este acampamento é uma dissidência do Movimento Camponês Corumbiara – MCC, que ocupou a área há cinco anos, com um total de 257 famílias. Esta área está sob processo judicial, para ser repassada para o Incra. É avaliada como pertencente à União e grilada por latifundiários agro-pecuarista e industrial.

bate ao domínio imperialista. A luta pelas reivindicações vitais dos explorados se solda com o objetivo de expropriar a burguesia pela revolução proletária.

## Pôr em pé o Partido Operário Revolucionário

As condições objetivas do capitalismo estão dadas para a transformação. Mas falta o partido que tenha por orientação a revolução e a ditadura proletárias. É necessário formar os quadros marxistas no seio das massas. Muitos são os obstáculos. O reformismo burguês e o burocratismo sindical controlam as organizações proletárias e camponesas. Tem crescido o campo da esquerda que se afastou do PT. Porém, está marcada pelo democratismo radical, pelo objetivo de se potencializar eleitoralmente. PCdoB estalinista controla a UNE e a submete ao governo. PT controla a CUT e a submete ao governo. PSTU abandona a CUT e forma seu aparelho. PSOL tem um pé na CUT e outra na Conlutas com a Intersindical. Prova-

velmente, também romperá a CUT ou se dividirá. E PCdoB acaba de decidir fazer mais uma cisão da CUT e constituir seu aparelho. A tarefa de arrancar a burocracia petista, estalinista, pedetista etc da direção dos sindicatos e da CUT não passará pela formação de mais aparelhos. A classe operária se organizará por meio de uma fração revolucionária que constituirá o partido marxista-leninista-trotsquista. Trata-se de travar o combate no interior das organizações sindicais existentes com o programa proletário. A burocracia socialdemocrata e estalinista, por sua política de aparato, mostrou-se historicamente divisionista das organizações sindicais. É negativo que as correntes ditas trotsquistas estejam trilhando o mesmo caminho. Mostram que não se organizam sob o programa e a teoria marxista. A crise de direção permanece. Será superada pelo trabalho no seio das massas com o programa da revolução e por meio da luta política contra os obstáculos do reformismo, do estalinismo e da esquerda democratizante.

Vejam só como funciona. A Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias se reivindica como proprietária do imóvel, adquirido em 1973, cujo registro foi cancelado pelo governo federal dois anos depois. O Incra contestou judicialmente uma vez que o contrato de compra e venda só seria concretizado se a agropecuária implantasse um projeto de bovinocultura e isso nunca aconteceu, como também nunca houve o pagamento do imóvel a união, já que a autorização era alienar o mesmo. A justiça federal de Rondônia deu ganho de causa ao Incra e a empresa recorreu ao tribunal regional federal, onde atualmente encontra-se a ação para julgamento.

Mesmo para a justiça burguesa, a empresa está irregular, pois neste período loteou irregularmente a área e vendeu para os posseiros.

Os camponeses sem terra do MCC ocuparam, sabendo que o Incra ia destinar a área para a “reforma agrária” e durante estes cinco anos muitos conflitos entre camponeses e latifundiários dos arredores têm ocorrido, mas este foi o mais grave.

Após o acontecimento no acampa-

mento Flor do Amazonas, os órgãos públicos federais e estaduais em reunião de Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública de Rondônia (GGI), que é composta de quatorze entidades, estão realizando “ações de emergência de atendimento de saúde e segurança”.

Veja só em que mãos se encontram a luta pela conquista da terra pelos camponeses pobres. Está entregue nas mãos dos aparelhos repressores do estado burguês. Já se tem especulação de que há um grande interesse por parte do governo estadual de minar o movimento para pretensa construção de usinas de energia nesta área ocupada.

Os camponeses precisam varrer de dentro do acampamento toda gerência do estado burguês e se fortalecer buscando unidade com outros movimentos para resistirem na terra.

Estes fatos comprovam a tese revolucionária que diz: o problema da distribuição de terra para os camponeses pobres só se consolidará com a revolução social, no seio da qual se dará a revolução agrária, com a destruição do capitalismo e estabelecimento do socialismo.

# Resolução do POR sobre a situação política estadual (Ceará)

1. O Governo Cid/PT/PSDB é um governo burguês pró-imperialista e representa os interesses da oligarquia e burguesia estadual. O governo esteve e está obrigado a favorecer os interesses dos grandes grupos empresariais contra os trabalhadores, funcionalismo, camponeses etc. O aumento do endividamento da máquina (aproximadamente R\$ 2 bilhões) como via de garantir investimentos para áreas consideradas estratégicas (Porto do Pecém, Siderúrgica) não servirá para melhorar as condições de vida dos explorados. Os cortes orçamentários de mais de 670 milhões feitos pelo atual governo no orçamento deixado pelo governo anterior de Lúcio (PR) indicam que o governo Cid está obrigado a descarregar a crise do capitalismo sobre os assalariados. Fica confirmado o prognóstico inicial do POR de que o governo é de arrocho salarial e de destruição dos serviços públicos (educação, saúde etc). O contingenciamento salarial dos servidores nos primeiros dias de governo, a repressão à greve dos vigilantes, a aprovação de um reajuste de 3,55% para o funcionalismo expressam bem a posição do governo. A criação do programa ronda no quarteirão e a ativação do conselho estadual de segurança pública, tendo a frente parlamentares reacionários atesta que Cid responde e continuará a responder com mais violência policial à barbárie social.

2. O Governo Cid/PT/PSDB representa o continuísmo em relação aos governos anteriores, cambéistas. Não é à toa que o PSDB e o oligárquico PMDB fazem parte do governo. Na prática não há oposição burguesa e parlamentar ao governo. Todos os partidos da Assembléia com exceção parcial do PDT apóiam os projetos do governo. A participação do PT no governo, com 4 secretários, o vice-governador e a liderança do governo na Assembléia Legislativa (AL) indicam que o PT é co-responsável por todos os ataques de Cid aos assalariados. O silêncio quase total do PT quanto à entrada do PSDB no governo expressam além da conivência, o rápido aburguesamento do PT estadual. O Bloco PT-PMDB-PSB que detém boa parte dos parlamentares da Assembléia Legislativa é o principal pólo de sustentação do Governo. O PSDB, com seus

15 parlamentares, é outro pólo de sustentação que tem atualmente exercido pressão sobre o governo para ocupar mais espaços. O episódio do reajuste salarial dos servidores provocou no bloco petista-peemedebista-peesebista a sua primeira crise, que teve por centro o PT. A divisão da bancada petista na votação da mensagem e a apresentação de uma proposta de saída do reformismo do bloco, apoiada pelo chamado *Coletivo Sindicalista* do partido foram fatores da crise que foi contornada episodicamente pela Executiva estadual. Novos elementos de crise não estão descartados a exemplo da saída do Dep. petista Artur Bruno da corrente Articulação e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, para voltar à AL e formar um novo grupo, “Núcleo Américo Barreira”, criticando algumas práticas do PT local e nacionalmente.

3. O governo Luizianne Lins na prefeitura de Fortaleza é reformista. A corrente petista da prefeita, a pseudo-trotskista DS, combina pontos do programa reformista, como a aplicação de medidas de democratização do estado burguês, com medidas burguesas a exemplo de ataque aos trabalhadores e favorecimento de grupos empresariais. A proposta de orçamento participativo tem se mostrado uma completa farsa uma vez que representantes comunitários estão sendo chamadas a decidir sobre um minguido orçamento para pequenas reformas nos bairros. O escândalo do Reveillon, com a conclusão do Ministério Público Federal sobre a improbidade administrativa, mostra que o modo petista de governar não se diferencia em praticamente nada das gestões burguesas tradicionais. O rompimento do PDT, a saída do PSOL da gestão e atritos com Tim Gomes na Câmara foram fatores de pequenas crises. O caso do referendo sobre a construção da torre empresarial do Iguatemi no rio Cocó foi o pivô de uma disputa entre as frações burguesas. O PSDB cearense acusou Luizianne de perseguição política a Tasso. A prefeitura acabou por fracassar nos planos do referendo apesar da intensa propaganda sobre preservação do meio ambiente etc. Foi derrotada na Justiça que não apenas deu liminar favorável ao grupo empresarial Jereissati, como indeferiu o pedido da



prefeitura de suspensão daquela liminar. As eleições proporcionais de 2006 demonstraram por outro lado que ainda são expressivas as ilusões das massas no reformismo e em especial na gestão petista

4. O embate dos servidores com a Prefeitura em torno do PCCS expressou a perda das ilusões do funcionalismo público com o governo petista. Luizianne teve de enfrentar greves de diversos setores, em especial o magistério, e foi obrigada a reproduzir as mesmas práticas dos governos burgueses de reprimir o movimento e ameaçar grevistas. O movimento que em alguns momentos conseguiu protagonizar ações unificadas e conjuntas de vários setores contra a prefeitura não conseguiu confluir para uma grande greve geral unificada do funcionalismo. As razões para isto estiveram na presença de dois grandes obstáculos: o corporativismo e divisionismo imposto pelas direções de um lado e o atraso político de alguns setores como saúde, assistentes sociais etc de outro.

5. O movimento sindical no estado encontra-se estatizado. A CUT e o movimento sindical dão sustentabilidade ao governo Cid/PT/PSDB e à gestão Luizianne Lins. A saída de De Assis Diniz da presidência da CUT-CE para assumir o SINE/IDT é expressão de que a CUT atualmente joga e continuará a jogar um papel de tropa de choque do governo no interior dos movimentos sindicais. Exceção feita aos docentes da UECE, as direções governistas tem sabotado todo e qualquer movimento dos trabalhadores que possam chocar-se com os governos. A campanha salarial dos servidores estaduais foi traiçoeiramente desmontada pela CUT e o Fórum Permanente de Negociação que preparou o terreno para um reajuste miserável para o funcionalismo (3,55%). O movimento operário encontra-se completamente paralisado e sob controle da burocracia sindical seja cutista ou forcista. Não há nesse setor campanhas salariais efetivas. O movimento estudantil secundarista, disperso e fragmentado, também não tem protagonizado lutas e terá de enfrentar no próximo período a despolitização e as direções burocráticas (stalinismo).

6. O movimento camponês tem promovido lutas no estado. O MST dirigiu lutas tanto pela desapropriação de terras como contra a carcinicultura. As ocupações

do Inca, bloqueios de rodovias (CE 060) e ocupações de fazenda a exemplo de Chorozinho que exige a desapropriação da fazenda Urunã e de Itapipoca (fazenda Quilibrás) contra a carcinicultura são expressões disso. O MST defende a linha reformista para a reforma agrária expressa na política de exigir do governo desapropriações de fazendas com indenizações aos proprietários (assentamentos). Os dados de que há 1700 famílias acampadas esperando desapropriações quando o Inca não consegue sequer cumprir a meta de assentar 2000 famílias em 2007, assentando apenas 206 até agora, expressa que os trabalhadores rurais sem terra terão de se chocar com os governos e avançar na via das ocupações.

7. A Conlutas tem tomado a iniciativa de algumas lutas no estado. No CE tem feito um chamado a uma frente contra as reformas do Governo Lula embora tenha esta um funcionamento muito irregular. O PSTU vem alterando a linha de intervenção da Conlutas que agora tem começado a apontar para a aproximação com setores da CUT na luta contra as reformas. A Conlutas e o centrismo (PSTU) não tem se fortalecido na região. A ruptura com a CUT tem levado a um isolamento da Conlutas. O 1º de maio realizado com cerca de 700 trabalhadores não expressou um crescimento da Conlutas, foi antes resultado de acordos com setores, que não teriam espaço no ato da CUT, para a unidade nesta atividade. As pressões para que o PSTU e a Conlutas, no Ceará, busquem uma aproximação com setores da CUT, a exemplo do ocorrido no 1º de maio de SP com a CSC ou inclusive avancem para a realização de atos pontuais unificados com a CUT como ocorreu no dia nacional de luta (23/05) na Bahia, estão presentes e tendem a aumentar.

8. A luta de classes no Ceará coloca na ordem do dia a urgência de se construir o POR como direção física das massas. É preciso superar a fase embrionária, transformando o embrião do partido em partido. O caminho para a construção do POR passa necessariamente pela preparação dos quadros revolucionários que dominem as idéias marxistas e as liguem às lutas instintivas das massas. Nisso coloca-se a tarefa de penetrar nos movimentos, em especial no movimento operário, e construir frações revolucionárias nos sindicatos.

# Contribuição da Corrente Proletária da Educação a V Conferência Estadual dos trabalhadores em educação do estado de Rondônia

A conferência aconteceu entre os dias 26 a 28 de julho de 2007, na cidade de Rolim de Moura, em meio a uma conjuntura em que os trabalhadores em geral estão passando por ataques impostos pelos capitalistas e seus governos. Ataques estes que se materializam nas reformas implementadas pelo governo Lula como a reforma trabalhista, sindical, da previdência e educacional. Estas reformas trazem a destruição de conquistas históricas, que custaram vidas de bravos lutadores. As direções sindicais não têm organizado a resistência coletiva dos trabalhadores.

As ataques são violentos. O governador do estado, Cassol, sequer apresentou proposta de reposição salarial aos trabalhadores de educação, sendo que a pauta de reivindicação foi entregue em fevereiro. O prefeito do PT/Roberto Sobrinho, Porto Velho, concedeu um mísero percentual de 8%. Lula congelou o aumento dos servidores federais em 1,5% durante dez anos e regulariza a lei antigreve, para aumentar a punição aos que se manifestam contra a opressão de classe. Isso sem falar do projeto, que está para ser aprovado, que elimina totalmente a estabilidade do funcionalismo público, décimo terceiro, um terço de férias, fundo de garantia etc. Como se vê, todos aplicam a cartilha do FMI/banco mundial.

## A V conferência era para referendar a política do PT

As direções sindicais organizaram uma conferência e elaboraram os temas sem consultar as bases e sem levar em consideração os principais problemas que atingem os educadores.

Todos os palestrantes, referendaram a política do PT/Lula. A análise de conjuntura estadual foi feita pelo presidente da CUT/RO e a nacional pela senadora Fátima Cleide/PT. Trata-se de uma conferência para reafirmar a política do PT e inclusive fazer apologia à construção das hidrelétricas do rio Madeira.

## A posição da corrente proletária da educação

A corrente proletária da educação mostrou a importância de discutir e aprovar a luta contra as reformas governamentais. Criticou o plano de aceleração do crescimento (PAC), que se expressa na educação por meio do PDE. O PDE constitui num instrumento de punição às escolas, de imposição das avaliações de desempenho aos professores, de demissões e expansão do ensino mercantilizado.

Nesse sentido, defendeu a organização da luta contra o conjunto das medidas governamentais. Apresentou as seguintes bandeiras:

- sistema único de ensino público, gratuito, laico, sob o controle da classe operária, de quem estuda e trabalha. fim da coexistência do ensino público com o particular. expropriação sem indenização da rede privada da educação.
- autonomia da educação frente ao estado capitalista. financiamento público, sob controle de quem estuda e trabalha. nenhuma intervenção do estado na vida escolar, que deverá ter uma organização independente criada pela população, pelos estudantes e docentes. fim da intervenção policial.

- liberdade política. a mais completa liberdade de ensino científico, de crítica e de manifestação e organização políticas. nenhuma interferência do estado, das igrejas e do empresariado nos planos, conteúdos e métodos de ensino.
- escola vinculada à produção social, unidade entre o fazer e o pensar, entre a prática e a teoria. formação plena de todas as capacidades físicas e mentais do jovem por meio da relação do trabalho com a escola. controle operário das forças intelectuais da produção; coletivização do conhecimento.
- acesso a todos à educação em todos os níveis. que o estado garanta esse direito a todos que queiram continuar os estudos. expansão da rede escolar de acordo com as necessidades de garantir a todos condições materiais de ingresso. fim da regulamentação que impede os jovens voltarem à escola e cursarem a série em que estavam. fim da fragmentação entre os níveis de ensino, fundamental, médio e superior. fim dos vestibulares.
- defesa da vida das crianças e da juventude oprimida. combinar o trabalho com o estudo. nenhuma criança e jovem fora da escola; nenhum jovem fora da produção social – quatro horas na produção e o restante na escola, salário de acordo com suas necessidades. fim da exploração do trabalho infantil. aproveitamento das capacidades produtivas da criança, de acordo com suas condições físicas e mentais e de acordo com as exigências de seu desenvolvimento escolar.
- defesa da família operária e dos demais explorados. emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. fim das jornadas estafantes. salário mínimo vital de R\$ 2.500,00, calculado pelas assembleias operárias e populares. fim do salário mínimo de fome.

- combate às reformas que destroem as conquistas sociais.
- defesa de uma escola nova como resultado da revolução proletária.

A juventude que anseia ao ensino superior tem diante de si uma realidade contraditória com suas aspirações:

- contra o PAC das hidrelétricas do rio Madeira – negócio rentável para as empreiteiras Odebrecht e Furnas, morte para ribeirinhos, camponeses e índios e destruição da natureza;
- contra as comissões parlamentares de inquérito (CPI), sobre denúncias contra as organizações de luta – Sintero. que os trabalhadores em educação possam decidir sobre os destinos de sua entidade de luta, sem nenhuma interferência dos patrões e governos capitalistas. se a diretoria cometer qualquer desvio de conduta, que a base (filiação) possa decidir, julgar e punir sem usar os métodos do estado capitalista, mas da democracia operária;
- em defesa da greve por tempo indeterminado dos trabalhadores em educação do estado de Rondônia, até que sejam atendidas as reivindicações;
- em defesa dos camponeses pobres do acampamento Flor da Amazônia, que teve seus barracos e pertences totalmente destruídos em decorrência do terror de latifundiários e seus jagunços.

# Balanço do 50º Congresso da UNE

O 50º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CO-NUNE) foi realizado de 4 a 8 de julho de 2007, em Brasília, tendo por volta de 2700 delegados e 4500 participantes ao todo.

Este congresso ocorre no momento em que o governo federal, tendo no comando Lula/PT, enfrenta graves denúncias de corrupção, atingindo seus partidários e aliados próximos em escândalos envolvendo desvio de verbas, tráfico de influência, ligações com a máfia e fraudes de campanhas eleitorais, todas inerentes à política burguesa. Em contrapartida, o governo avança em medidas pressionado pelos capitalistas, com as reformas da previdência, educação, sindical e trabalhista, sendo que a reforma da previdência possui o caráter privatista e de retirada de direitos, assim como a da educação e trabalhista; a sindical tem o propósito de aumentar a influência direta do governo (estatização) sobre os sindicatos, inclusive restringindo o direito de greve dos trabalhadores. No momento, as duas maiores centrais sindicais do país, CUT e Força Sindical estão estatizadas, tem participação direta no governo, emperrando as lutas operárias.

A UNE, maior organização estudantil nacional, em sua direção é composta majoritariamente pelo estalinismo, principalmente pela UJS/PCdoB, que apóia incondicionalmente Lula/PT e suas reformas, não representando nenhum tipo de resistência e sim, pelo contrário, travando e rechaçando qualquer tipo de luta, como atualmente com a ocupação da reitoria da USP, esta provocada por decretos lançados pelo governo Serra/PSDB, que aumentaria a ingerência estatal sobre a burocracia universitária. Esta ocupação desencadeou diversas outras ações contra os governos em todo o país, sendo derrotada principalmente por suas direções reformistas que não souberam avançar nas lutas. A UNE esteve à margem em todos os momentos.

No congresso, nos dias 5 e 6 (quin-

ta e sexta-feira, respectivamente), deu-se ênfase aos Grupos de Discussão (GD's) onde estudantes debateriam temas já definidos e encaminhariam propostas à plenária final, para o dia 7. Houve o não comparecimento ou esvaziamento dos GD's por parte das correntes majoritárias (UJS e MR-8) onde, na maioria das vezes, apenas a oposição comparecia. Nos momentos em que a situação comparecia, tumultuava a discussão, tirando todo seu caráter político, apelando para gritos de guerra, insultos e instrumentos de percussão.

O período da tarde do dia 6 estava reservado para um ato com local definido pela direção burocrática da UNE. A burocracia então escolheu o prédio do Banco Central do Brasil, exigindo a saída do presidente do órgão, Henrique Meirelles, havendo participação de correntes de PMDB, PT, PCdoB e PDT. Houve uma tímida participação de correntes que compõem a Frente de Oposição de Esquerda (FOE) em número quase insignificante, pois não houve consenso entre as mesmas, mas chamando palavras de ordem contrárias ao governo Lula/PT e a burocracia estalinista da UNE.

No dia 7 (sábado) houve leitura das chamadas "propostas consensuais" oriundas dos GD's, onde a comissão de sistematização sintetizou as diversas propostas ditas "semelhantes"; houve leitura de documentos das correntes com possibilidade de defesa. Houve votação de apenas 3 propostas divergentes recolhidas dos GD's.

O dia 8 (domingo) foi reservado para formação de chapas e eleições para a diretoria da UNE, tendo como direção eleita a chapa 11, formada por UJS/PCdoB, MR-8/PMDB, CST/PT e PDT.

## Congresso reflete o erro da ruptura da Conlute

A burocratização – sinônimo de entrave das lutas – foi percebida com clareza nesse congresso, desde a tirada de delegados em cada universidade, onde no geral cada escola recebeu um

prazo de quatro dias para enviar a lista de delegados eleitos, passando pelos dormitórios, onde os alojamentos eram separados por tendências, não havendo contato entre correntes divergentes ideologicamente. Os GD's esvaziados pela situação não proporcionaram um embate direto e um questionamento para com a atual direção. O reflexo imediato ao avançado grau de burocratização é observado nas bases – onde as mesmas não encontraram-se presentes no congresso – através da desorganização das lutas e do apoliticismo, que resultam em uma dilaceração mental individualista. Com isso, o aparato partidário de grandes correntes sobrepõe suas diretrizes com facilidade, perpetuando linhas políticas que não avançam na unidade e na luta do movimento estudantil. Por isso, não é de se estranhar que não haja debates na plenária final.

A oposição dentro da UNE, anteriormente à aventureira ruptura do PSTU e fundação da CONLUTE – em certos momentos constituiu um amplo bloco de luta contra a hegemonia reacionária do estalinismo da UJS. Mas após a ruptura, a grande maioria das correntes restantes agrupou-se na FOE, porém não demonstraram a centralização política em um programa que representasse os anseios dos estudantes em questões elementares da universidade, refletindo sua desorganização em sua atuação prática, restringindo-se em sua completa união apenas na formação chapas para as eleições da direção.

Após este congresso fica à mostra a importância da UNE como órgão de reivindicação e luta dos estudantes e quão danosa é a política reformista da atual direção na organização estudantil. É necessário que os estudantes atuem no interior da UNE com um programa que realmente expresse e aproxime-se da estratégia da democratização do ensino, por isso é imprescindível a estatização de todo o sistema educacional e a ligação do programa operário à luta estudantil.

# Candidato a governador do PSol defende voto paritário

O dirigente da FASUBRA (sindicato nacional dos funcionários federais) e ex-candidato a governador do Estado pelo PSOL, Sandro Pimentel, escreveu no Informativo do SINTEST (sindicato dos funcionários na UFRN) matéria defendendo o voto paritário.

De acordo com o dirigente do PSOL, o voto paritário “afirma a igualdade como equivalência de representação dos segmentos universitários”. E conclui que “a composição nos conselhos universitários também deve se dar de modo paritário”, forma para ele equânime. Sandro Pimentel (PSOL) cita a UFERSA (antiga ESAM) como exemplo de democracia, pois está nos conselhos superiores a proposta de voto paritário que deve ser aprovada e “os conselheiros que votarem contra essa democracia representativa devem ser amplamente denunciados como traidores dos interesses da classe e da sociedade”.

Na verdade, o objetivo do membro do PSOL é contrapor-se à proposta universitária que aumenta mais ainda o poder da burocracia nas eleições internas. É a proposta que os docentes sejam 70% do peso dos votos e os estudantes e funcionários dividam os 30% restantes. Isto conferiria um poder avassalador aos docentes. Para o ex-candidato do PSOL esta é uma proposta de visão elitista pois encara que os docentes devem ter a primazia dos processos decisórios, entende os estudantes como fácil de manobrar – por isso a necessidade de diminuir seu peso nas decisões – e os técnico-administrativos como apenas suportes das atividades universitárias, constituindo-se assim em uma proposta que não garante legitimidade do eleitor perante o conjunto da comunidade universitária.

O PSOL é um partido que deseja

discutir os problemas sociais sem radicalidade, apresentando-se assim, como uma esquerda moderada. Desta forma, o PSOL comparece, na maioria das vezes, discutindo os problemas sociais nos marcos do sistema capitalista e nos limites das propostas burguesas. Nesta questão do voto paritário, o membro do PSOL não escapa dessa caracterização geral do seu partido.

Sandro Pimentel (PSOL) não discute com o voto universal, ao contrário, quando o cita de passagem, o iguala a proposta que ele chama de elitista. Ele entende que o voto universal que “confere mais poder a representação estudantil” é igual ao voto que confere 70% aos docentes.

O que o membro do PSOL demonstra é a sua incompreensão perante as relações de classe nas universidades e o papel da universidade enquanto instituição no capitalismo.

A universidade é uma instituição burguesa responsável, no caso brasileiro, pela disposição de quadros intelectuais à administração do Estado e/ou reprodução, atualização ou refinamento da ideologia burguesa. Na maioria docente, por isso que, pela sua posição social, os professores universitários são intelectuais burgueses. As poucas universidades brasileiras que produzem ciência não o fazem como regra, mas como exceção. Como país semicolonial, as universidades brasileiras são obstaculizadas em seu objetivo de avançar a ciência.

O comando das universidades não é ocupado pelos burgueses. O sistema capitalista garante altos salários a uma determinada camada universitária para que esta, reproduzindo suas formas de vida, defenda seus interesses internamente na academia. Além disso garante um sistema representativo de predominância deste setor.

Esta camada é chamada de burocracia universitária. A burocracia universitária é formada, principalmente, pelos docentes.

Para haver uma transformação significativa das universidades brasileiras é preciso, primeiro, quebrar o poder da burocracia. Somente os trabalhadores podem quebrar o poder da burocracia de forma progressista. Nas universidades, os estudantes e grande parte dos funcionários representam os trabalhadores. Portanto, a defesa do voto universal, que confere maior poder a representação estudantil – pois é maioria – significa a forma de romper com o poder da burguesia nas universidades quebrando o domínio da burocracia majoritariamente docente.

Os docentes, por sua posição social, são intelectuais burgueses, possuem relações estreitas com a burguesia servindo-lhes de quadros na administração do Estado burguês, atualizam sua ideologia, etc. Os estudantes possuem laços com os trabalhadores, quando não, muitos são trabalhadores. Não possuem compromissos com a burguesia, ao contrário, a antagoniza por ser sua exploradora.

O poder estudantil que confere a maioria da administração universitária aos estudantes é a forma de quebrar a influencia burguesa na academia, derrubando a burocracia, sua representante.

O PSOL não entende isso porque não se norteia pela política da luta de classes, pela filosofia do marxismo revolucionário para analisar a sociedade, mas pelas variações da política burguesa. Quando se refere a classe, como acima, está se referindo a classe dos funcionários, esquecendo que os funcionários fazem parte de uma classe social semelhante aos estudantes: a classe proletária.

**São Paulo**

## Funcionários de escola sofrem os ataques do governo

A política adotada pelos governos do PSDB e do PT são de destruição dos serviços públicos. A primeira medida foi a Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada por Fernando Henrique Cardoso e defendida pelo governo Lula. Esta lei limita a folha de pagamento do funcionalismo. Assim, os governos estaduais, municipais e federal se negam reajustar os salários, adotando políticas de gratificação e abono, como no caso de São Paulo. Além dos salários, restringiram a abertura de concursos, utilizando o argumento de que a máquina estatal estava inchada.

No estado de São Paulo, esta política foi nefasta para aqueles que trabalham no setor administrativo das escolas, em particular para os cargos de serventes e escriturários (Agente de serviços escolares e Agente de Organização Escolar). Soma a isso a implementação do

trabalho voluntário (amigo da escola etc.).

A precarização do trabalho contribui para mutilar esse setor do funcionalismo.

### Um exemplo que atesta as condições de trabalho

Na cidade de Dracena, uma servente de escola que abria o portão para que os alunos do ensino fundamental entrassem foi atropelada e teve os dois braços quebrados e ferimentos num dos olhos. A servente (que não deveria abrir o portão, pois este papel teria de ser feito por um inspetor de aluno) tem 65 anos e falta pouco tempo para completar 30 anos de atividade. Esse é um dos exemplos da situação terrível em que vivem os funcionários.

Como o Governo respondeu? No caso da servente, a Secretaria da Educação respondeu em nota: “levou um esbarrão” dos

alunos, caiu e sofreu ferimentos. Veja a que ponto chega o descaso do governo.

### Resposta dos trabalhadores

Os governos estão a serviço da classe capitalista. A Lei de Responsabilidade Fiscal faz parte da política de contenção de gastos. Os governos cortam recursos das áreas sociais para manter o superávit primário, que serve para continuar o pagamentos dos juros da dívida externa.

Os trabalhadores devem se colocar contra a política de sucateamento dos serviços públicos. Devem também rechaçar a conduta das direções sindicais que atuam contra os interesses da maioria explorada. Por isso, o fundamental é a resposta dos trabalhadores aos ataques dos governos, que só poderá vir por meio da organização e da luta coletiva nas ruas.

## A Organização Estudantil na UNIFESP/Guarulhos

Os novos campi da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) fazem parte do plano de expansão das universidades federais, que integra a Reforma Universitária.

Apresentada pelo governo Lula sob o discurso falacioso de criação de vagas na universidade pública, esta expansão se dá com as escassas verbas destinadas à educação pública. Sem infraestrutura adequada, biblioteca e laboratório de informática com materiais insuficientes, falta de professores e todos os outros problemas pelos quais passam as universidades públicas, a UNIFESP/Guarulhos, inaugurada em março deste ano, já nasceu precarizada.

Pior ainda: a criação de vagas não veio acompanhada de uma política de permanência do estudante na universidade. Mais do que criar vagas no ensino superior público, os estudantes deveriam ter garantidas as condições de se manter na universidade de forma gratuita, com bolsas de estudo, moradia, restaurante, transporte, etc.

Neste cenário, a resposta dos estudantes às precárias condições na UNIFESP/Guarulhos só pode ser a organização e a mobilização. Os Centros Acadêmicos, que são os instrumentos de luta estudantil, já estão sendo formados e refletem a necessidade de se formar

uma direção combativa, independente da política dos governos e da reitoria.

A tendência de parte dos estudantes defenderem o apartidarismo pode ser nociva à luta e se constitui como um obstáculo a ser superado. A despolitização e a ausência de tradição de luta na universidade dificultam a mobilização, mas por outro lado, abrem espaço para a formação de uma militância revolucionária.

Paralelo à formação dos C. As os estudantes têm se colocado em luta, em conjunto com os outros campi, pelas condições de ensino e permanência na UNIFESP.

No início de junho, foi entregue a pauta de reivindicações à representante da reitoria, que esteve no campus em reunião aberta com os estudantes. Nesta reunião a “coordenadora de expansão” da UNIFESP afirmou que não existe nenhum projeto de construção de moradia, bandeirão, ou seja, não apresentou nenhuma proposta concreta de políticas de permanência na Universidade. Não soube sequer responder qual a verba destinada ao campus de Guarulhos.

Frente ao descaso da reitoria, diversas assembleias foram realizadas para deliberar a melhor forma de organização dos estudantes para imporem suas reivindicações. A Corrente Proletária/POR defendeu que fosse realizada uma ampla campanha pela greve, com traba-

lho de propaganda e agitação com os estudantes em torno de nossa pauta de reivindicações, em contraposição à “greve já”, defendida pelo PCO, num momento em que não havia a tendência grevista.

Apesar da falta de disposição do DCE em organizar os estudantes para a luta, foi realizado um ato em frente à reitoria, na última semana de junho, com a participação de estudantes de todos os campi da UNIFESP (SP, Guarulhos, Santos, Diadema, São José dos Campos) que se encontram em iguais condições de precarização, o que demonstrou a disposição de luta dos estudantes, embora não tenham amadurecidas as condições para a greve.

Este é só o começo da organização estudantil na UNIFESP. Para além da luta em torno destas reivindicações, a tarefa central para o próximo período é a de fazer uma campanha massiva contra a reforma universitária e o PAC da educação que tem como um dos pontos o REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que aprofunda ainda mais a situação de degradação da universidade pública. A única forma possível de elevar e avançar na luta pelas reivindicações elementares dos estudantes é a ampla mobilização em defesa do ensino público e gratuito e pela estatização de toda rede privada do ensino.

# **Direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC usa o desemprego e a miséria dos trabalhadores para ajudar a empresa a impor os acordos de demissão e retirada de direitos**

Em agosto do ano passado, a Volks apresentou para a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC seu plano de reestruturação que incluía a demissão de 3600 trabalhadores, o aumento da jornada de 40 para 42 horas, uma nova tabela salarial que permite a empresa contratar trabalhadores ganhando R\$ 1.030,00. Hoje o menor salário dos trabalhadores na Volks é de R\$ 2.800,00.

Na época a direção do sindicato fez um discurso demagógico dizendo que não aceitaria nenhum acordo de demissão ou retirada de direitos. Era tudo conversa fiada. Depois de três dias de greve a direção do sindicato negociou, defendeu e aprovou todo o plano de reestruturação da multinacional. Enquanto a direção do sindicato negociava com a empresa, a Corrente Proletária, através de seus boletins, alertava os trabalhadores para não aceitarem nenhum acordo negociado pela direção traidora. A Corrente Proletária (POR) defendeu o tempo inteiro a unidade dos trabalhadores para combater com o método da ação direta, greves e ocupação da fábrica como única forma de combater as demissões e a retirada de direitos. Exigíamos que a direção do sindicato convocasse assembleia geral dos metalúrgicos do ABC para unificar a luta contra as demissões que estavam acontecendo em todas as fábricas. A direção do sindicato, como faz todos os anos, trabalhou o tempo inteiro para impedir que os trabalhadores lutassem de forma conseqüente contra as demissões. A tática usada pela direção do sindicato para aprovar a proposta da empresa foi a de colocar medo nos trabalhadores. A direção dizia que, se os trabalhadores não aceitassem o plano de reestruturação da empresa, ela iria fechar a fábrica em São Bernardo. Hoje existe um grande

número de trabalhadores desempregados e os que estão empregados têm medo de perder seu emprego. Essa realidade mostra que existe uma maior necessidade de defender a unidade de empregados e desempregados em defesa da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores sem redução nos salários. Ao invés disso, como bons representantes do capital, a direção traidora disse que se os trabalhadores não aceitassem os acordos de demissão e a retirada de direitos, a Volks poderia fechar a fábrica em São Bernardo. Essa é a chantagem que a Volks e a direção do sindicato tem usado para impor todos os anos os acordos de demissão e retirada de direitos dos trabalhadores. Está aí porque dizemos que a direção do sindicato usa a miséria dos trabalhadores para ajudar os capitalistas aumentarem seus lucros e condenarem um número maior de trabalhadores ao desemprego e conseqüentemente a miséria.

## **Volks demite trabalhadores que ganham mais e contrata outros ganhando menos**

Uma das denúncias que nós da Corrente Proletária fizemos para nos contrapor à aprovação do acordo feito entre a Volks e a burocracia sindical foi a de que o acordo permitiria a multinacional utilizar a chamada rotatividade de mão-de-obra. Tática usada pelos capitalistas para reduzir seus custos e aumentar seus lucros. É exatamente isso que a Volks está fazendo agora. No início do mês, a Volks contratou 725 trabalhadores por 10 meses ganhando R\$ 1.030,00. O acordo feito com a burocracia permite a empresa demitir 3600 trabalhadores até 2008. Desse número já foram demitidos

1600, ou seja, ainda faltam 2 mil a serem demitidos e a Volks já começou a pôr em prática a rotatividade que denunciávamos. A contratação dos trabalhadores temporários ganhando R\$ 1.030,00 significa a demissão dos atuais trabalhadores. Os acordos de flexibilização de direitos, contratos temporários, salários diferenciados, terceirização, banco de horas, redução de salários e direitos tem dividido e enfraquecido a luta dos trabalhadores por suas reivindicações. As demissões feitas pela Volks e a contratação de trabalhadores com salários menores coloca para os trabalhadores a seguinte tarefa:

1. Construir em todas as fábricas as comissões de fábricas independentes, classistas e revolucionárias para derrotar a burocracia sindical traidora e defender a luta e as reivindicações dos trabalhadores por meio da ação direta.

2. Lutar pelo fim de todos os acordos de demissão e retirada de direitos feitos pela burocracia sindical e defender a efetivação de todos os trabalhadores terceiros e dos companheiros com contrato temporários. Fim dos salários diferenciados. Trabalho igual salário igual.

3. Defender emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, divisão de todas as horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores sem redução nos salários.

Salário mínimo vital, que atenda todas as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, que em nossos cálculos deve ser de no mínimo R\$ 2.500,00.

Essas reivindicações unificarão os operários contra a burocracia traidora, a burguesia e seu estado opressor e certamente levará a uma ação dos explorados pela destruição do capitalismo e a constituição de um governo operário e camponês (Ditadura do Proletariado), transição ao comunismo.

## Bancários - PR

# Conferência estadual

A divulgação e a tirada de delegados para Conferência Estadual dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Paraná já antecipava a burocratização que os delegados iriam encontrar na conferência. A direção do sindicato de Paranaíba e região, juntamente com os outros sindicatos que formam o grupo denominado PACTU, não divulgaram no jornal do PACTU a conferência e muito menos a assembléia de tiragem de delegados. Mesmo diante disso, buscamos as informações e fizemos a divulgação no nosso local de trabalho. Comparecemos na assembléia de tiragem de delegados, a qual na verdade era uma reunião de diretoria.

Tivemos de colocar o nome em uma lista dos “interessados” a irem para conferência e que depois a direção do sindicato tentou barrar a ida do nosso delegado para conferência. A direção do sindicato só não conseguiu porque fizemos a divulgação desta perseguição em nosso local de trabalho. A agência pediu explicações à direção do sindicato e eles disseram que era somente um mal entendido.

A 9ª Conferência Estadual dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Paraná foi realizada nos dias 14 e 15 de julho em Pontal do Paraná – Praia de Leste. A conferência contou com 279 delegados. A conferência foi dividida em três agrupamentos. O PACTU, composto pelos sindicatos de Paranaíba, Toledo, Umuarama, Campo Mourão e Guarapuava (45 delegados). O VIDA BANCÁRIA, composto pelos sindicatos de Londrina, Apucarana, Cornélio Procópio e Arapoti (66 delegados). E o Sindicato dos Bancários de Curitiba e região metropolitana (168 delegados). Além dos delegados natos compostos pela executiva da FETEC/PR, Comando Nacional dos Bancários, Comissões de Empresas dos Bancos Privados, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

A Conferência Estadual fez parte da preparação para Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, a qual foi realizada nos dias 28 e 29 de julho, em São Paulo. E também em São Paulo foi realizada o 23º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal, nos dias 30 e 31 de julho.

A característica principal da conferência foi a burocratização. Os espaços para debates foram reduzidos ao míni-

mo. Os delegados foram divididos por bancos e para que as questões pudessem ser levadas para plenária final tinha que ter uma votação de 30% no grupo.

A conferência foi marcada pela defesa do governo Lula/PT. A coordenação da conferência (Articulação/PT) soltou um documento onde lia-se: *“as expectativas para o novo governo, segundo o professor Carlos Eduardo Carvalho (Economia da PUC/SP), era de disputas políticas, pois o governo era resultado de uma composição muito ampla. No que se refere a nossos interesses de cidadania com relação aos bancos públicos, o que temos assegurado é muito pouco. Há uma sinalização de que vai existir boa vontade do novo governo e que a privatização dos bancos públicos está afastada”*.

A Conferência não propôs nenhuma campanha para combater a “reestruturação” do Banco do Brasil (BB). Essa reestruturação do BB é o início dos preparativos da privatização do banco, esta é a “sinalização” do governo Lula/PT, da sua boa vontade com os bancários. A direção da FETEC/PR através deste documento tem a coragem de dizer que a privatização dos bancos públicos está afastada.

Na definição do índice de reajuste para a campanha salarial a FETEC/PR considerou como fator decisivo uma pesquisa de opinião feita com os bancários em Curitiba e região. Esta seria a forma de escutar base! Com esta atitude a FETEC/PR deixa de lado a análise dos indicadores econômicos e de nossas perdas ao longo do tempo. Como a pesquisa indicou que os bancários “gostariam” que o sindicato reivindicasse um índice de 4,55 até 10%, o índice aprovado pelo a conferência estadual foi de 10%.

Em relação a questão da isonomia, que atinge principalmente o BB e Caixa, a FETEC/PR limitou-se a defesa do projeto de lei nº 6.259/05, dos deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Daniel Almeida (PCdoB/BA).

Enquanto perdurar o domínio da burocracia petista no movimento dos bancários, os trabalhadores não poderão quebrar o regime de escravidão imposto pelos banqueiros. É preciso formar uma fração revolucionária, que defenda um programa classista e organize a luta independente dos assalariados.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Greve dos metroviários paralisa S. Paulo

A greve dos metroviários de São Paulo, pela antecipação do pagamento do PLR, mexeu com a burguesia: a tremenda dificuldade dos trabalhadores em chegar aos seus locais de trabalho, o trânsito completamente emperrado, os trens superlotados, a economia afetada pela força da paralisação de um único setor estratégico.

A greve anterior, de menos de um dia, paralisou completamente todas as linhas. O governo colocou supervisores e contratou ex-funcionários e conseguiu por em operação duas linhas, de forma precária. A maior delas, que chega à populosa zona leste da cidade, ficou completamente parada. A companhia do Metrô endureceu as negociações e procurou jogar peso pela derrota da greve: a justiça julgou a greve ilegal, impôs pesadas multas ao sindicato. O governo ameaçou com novas contratações e com a implantação de um sistema de trens sem maquinistas, e panfletou a população contra os metroviários. Os meios de comunicação difamaram a greve e acusaram os metroviários pelas conseqüências do caos no trânsito e nos trens. Estamparam nas primeiras páginas as fotos dos trens superlotados, do trânsito caótico e das aglomerações nos pontos de ônibus. Como se no cotidiano os operários e demais assalariados não enfrentassem todos os dias a superlotação etc.

Ficou evidente a força de um único setor que se mobilizou. Ficou evidente a fragilidade do controle da burguesia. Ressaltou o corporativismo das direções sindicais, não somente a dos metroviários (burocracia ligada ao estalinismo), mas as direções de todos os sindicatos de trabalhadores em transportes. Se a greve tivesse sido organizada com a paralisação de todo o transporte, e, mais além, de todos os assalariados, certamente teria força para arrancar as reivindicações da burguesia e de seus governos.

A unidade real só pode ser alcançada com as reivindicações comuns e com a organização conjunta da luta. Mas essas condições estão em contradição com o controle burocrático do movimento: as assembleias unitárias de base e a luta unitária pelas reivindicações levam ao acirramento da luta de classes, enquan-

to o corporativismo, que se fundamenta no rebaixamento das reivindicações e na fragmentação das lutas permite a conciliação de classes, caminho natural da burocracia sindical.

No segundo dia de greve, a justiça deliberou a ilegalidade do movimento e as pesadas multas ao sindicato. O governo ameaçou com uma onda de demissões. Estavam colocadas duas possibilidades: ou a greve endurecia, partia para o fechamento total das duas outras linhas, buscava apoio dos ferroviários e dos motoristas de ônibus e os chamaria a um movimento conjunto, iria às ruas para bloquear avenidas, ocuparia a administração do metrô etc., ou então amargaria a derrota da greve retornando ao trabalho sem as reivindicações atendidas. Pior ainda: sob a ameaça de demissões.

A direção burocrática recuou. Jamais a direção burocrática seria capaz de realizar o enfrentamento necessário contra o governo nessa situação. Sempre esteve à procura do acordo. As bases só poderiam ultrapassar a direção num estágio mais avançado da luta, mas estavam isoladas. A ausência de uma fração revolucionária organizada no interior da categoria não permitiu sequer um duro combate à posição da direção pelega.

A estatização da CUT e dos sindicatos isolou o movimento e não permitiu que se espalhasse. Alguns motoristas e cobradores de ônibus chegaram à greve, mas ficaram isolados. Os ferroviários viram a possibilidade de ganhar força para reivindicar. Mas sua direção so bloqueou. Os sindicatos operários se omitiram.

A principal lição que fica dessa greve é que a mobilização dos setores ligados à produção ou à vida econômica têm a força para enfrentar a burguesia e seus governos. Os exploradores mostram a debilidade de seu poder: são obrigados a recorrer a todo tipo de artimanha ou repressão aberta para fazer frente ao movimento. O único caminho que permite ampliar a mobilização é a unificação das lutas em torno das reivindicações mais sentidas dos explorados. É possível sim enfrentar o desemprego e arrocho salarial, é possível derrotar as reformas de destruição de direitos.

### Argentina

## Juan Yanez, Presente!

Faz um ano que faleceu Juan Yanez. Foi um operário durante toda sua vida, militante revolucionário da classe operária, viveu sempre conforme suas idéias.

Ganhava o pão com suas próprias mãos. Jamais explorou outro trabalhador

Destacou-se como protagonista e dirigente das lutas operárias mais importantes da província.

Em sua militância e na sua vida, fundiu a teoria e a prática. Dedicou seus últimos a formar novas gerações de revolucionários.

Combateu o capital com todas as suas forças, sendo perseguido tanto na ditadura como na democracia. Foi inimigo jurado da burocracia, do centrismo e do oportunismo eleitoral.

Fundador do P.O.R. argentino, organizador e defensor do CERCÍ (Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional). Tomou em suas mãos a tarefa de construir o partido revolucionário internacional da classe operária.

- Levantemos suas bandeiras!
- Continuemos sua obra!
- Completemos seu trabalho!
- Até a vitória sempre, querido camarada



POR

Partido Operário Revolucionário  
29 de julho de 2007

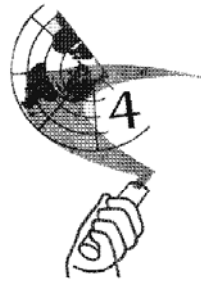
Com a passagem de um ano de seu desaparecimento físico, queremos reivindicar sua militância e seu papel de dirigente classista. Convidamos aos operários, estudantes e organizações militantes para o debate sobre a grande greve da construção de 1984

Que será realizada no dia 17 de agosto as 17:30 na sala 15 prédio de humanidades da UNCo



**Nesta edição:**

- Argentina: As recentes eleições legislativas e seu balanço mais geral
- Espanha – Programa de trabalho temporário
- China – Trabalho Escravo
- Bolívia: Evo cumpra suas promessas!
- Bolívia: Quem dirigirá a revolução social?

**Artigos do Cerqui**

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Argentina**

## As recentes eleições legislativas e seu balanço mais geral

As eleições são uma instituição do regime político dos capitalistas. Sua realização periódica é importante para fazer crer que existe democracia, para fazer com que o povo acredite que participa e toma decisões soberanamente, para fazer crer que o verdadeiro poder se dirige nas urnas. É o melhor mecanismo de dominação política de que dispõem os capitalistas, esconder detrás de métodos que parecem democráticos a essência de seu regime: a ditadura dos capitalistas, isso é a opressão que exerce uma ultraminoria da sociedade sobre a imensa maioria empobrecida. Seu poder não se resolve em eleições nem no Congresso.

O que se resolve então nas eleições gerais? A quota de poder que tem cada partido, ou cada fração ou setor da classe capitalista para administrar o Estado, para gerenciá-lo a serviço das multinacionais, para ser quem negocia em nome do Estado Nacional com o imperialismo.

Mas antes que se “decida” com o voto popular qual fração tem mais peso, muito antes, são os grandes capitalistas os que decidem quem são os candidatos e entre quem se deve dirimir a eleição.

São os capitalistas os que aportam os milhões de dólares para a campanha electoral, são as máfias enraizadas no

Estado as que querem tomá-lo de assalto, as que investem suculentas somas de dinheiro para mostrar durante meses quem são seus candidatos. Que aconteceria se não houvesse publicidade de candidatos na televisão, rádio, jornais? Possivelmente a grande maioria dos cidadãos desconheceria os candidatos e os partidos.

Para vender seu “produto”, aparecem estratégias publicitárias que aconselham que fotos tirar, com quem, de que falar. Estratégias de marketing como se os candidatos fossem produtos comerciais. E gastam milhões em assessores trazidos dos EUA, do Equador, do Brasil, para que orientem as campanhas. Idéias? Nenhuma.

Os grandes meios de comunicação são conglomerados que agrupam jornais de grande circulação, canais de televisão que se metem em todas as casas e grande quantidade de rádios. Esses meios que se dizem independentes estão nas mãos de grandes capitalistas, em alguns casos estrangeiros. Eles inclinam a balança sem nenhuma inocência por seus preferidos, por seus homens. Negociam o apoio a partir de seus meios em troca de favores políticos e negócios de todo tipo. Existe um entrelaçamento muito profundo entre os grandes grupos capitalistas e os donos dos meios de comu-

nicação.

A partir desses meios de comunicação se lançam operativos para orientar a “opinião pública” para instalar determinadas idéias ou preconceitos, para ocultar determinados fenômenos ou para potenciar outros. É uma maquinaria ideológica tremenda que se mete todo o tempo, a toda hora, por todo lugar. Eles decidem apresentar à população que as eleições se dirimem entre tais e quais candidatos e descartam todos os outros.

Os candidatos, antes de se submeterem às urnas, passeiam pelos principais centros de poder, do poder real. Passeiam pelos países imperialistas, se reúnem com as câmaras empresariais, com os meios de comunicação, para mostrar suas verdadeiras intenções e pedir que os apoiem.

Nas eleições nada se decide quanto às reivindicações populares, nem as mais urgentes, nem as menores.

Nas eleições não está questionado o ordenamento da sociedade, seus pilares básicos, que garantem a propriedade monopolista privada dos grandes meios de produção, a maioria nas mãos de multinacionais. As eleições em si mesmas não poderiam acabar com esse estado de coisas.

Somente os revolucionários intervêm nelas desnudando o papel das eleições,

mostrando uma estratégia distinta, contraposta à dos capitalistas, irreconciliável definitivamente. Somente os revolucionários lutam para tornar consciente este processo, combatendo toda ilusão.

É importante discutir os aspectos mais gerais do caráter das eleições para poder explicá-las, fazer um balanço e entender que mensagem nos querem pôr na cabeça.

É a partir desta perspectiva que queremos analisar quem são os vencedores e para que usaran esse capital político, ou porquê do desastre eleitoral da esquerda, a tendência à desapareição dos partidos burgueses tradicionais, se é certo que se aprofunda a democracia etc. Isso nos ajudará a caracterizar melhor a situação política e suas perspectivas.

## **Fracasso eleitoral da esquerda**

A esquerda não esteve à altura das lutas e do espaço ocupado na luta de clases nos últimos anos.

Somente as forças de esquerda têm capacidade de mobilização e ocupam a Plaza de Mayo cada vez que se o propõem e bloqueiam as pontes, as estradas e as ruas uma infinidade de vezes.

A esquerda foi protagonista na ocupação de numerosos locais de trabalho e teve participação nas assembléias populares e nas recentes lutas salariais.

No entanto não expressa profundamente, no terreno das idéias, o que significam esses fatos. Em certa medida, foram ganhas também pela democracia.

Os resultados em geral são marginais a pesar de se apresentarem em todas as eleições dos últimos 22 anos. Retrocederam em quantidade de votos e perderam as bancadas que tinham.

A tática de colocar candidatos conhecidos, de origem nacionalista, não lhes serviu para atrair votos, tampouco colocar valiosos trabalhadores à cabeça das listas.

A formulação abertamente frente-populista do PC também fracassou, colocando-se por trás de todas as demais

agrupações.

É lamentável o discurso democratizante de organizações que se reclamam até trotskistas, especulando com a quantidade de votos que obteriam e quantos legisladores poderiam conquistar e especular com a potencialidade de uma frente que os unisse para obter mais votos.

Recordemos por um momento aquela carta aberta do PO à esquerda na Capital, há poucos meses, dizendo que se poderia ganhar as eleições se se formasse uma frente de toda a esquerda. Na capital ganhou Macri e a esquerda de conjunto alcançou 12% dos votantes - Altamira apenas arranhou 0,8% dos votos.

A esquerda obteve pouco mais de 904.000 votos em nível nacional, 5,3% dos votos emitidos.

Longe de uma autocrítica, estão dispostos a aprofundar sua política democratista. Quase todas as variantes coincidem em “travar a luta política” no Congresso, os resultados não lhes permitem mostrar em que consiste essa luta política.

Ali onde obtiveram resultados eleitorais importantes, como em Santa Cruz e Salta, isso se deve ao papel na luta de clases de alguns de seus candidatos e não à política democratizante geral do PO. Onde mais pesam os “aparatos” dos partidos é onde mais pobres foram os resultados. Os milhares de quilômetros que os separam de Buenos Aires provavelmente lhes foi como uma bênção.

Alertamos sobre o balanço da esquerda que trata de explicar sua derrota pela sua desunião e fazer as contas de quantas bancadas se conquistariam se se construísse uma frente.

A conclusão será apurar essa frente ou um partido de trabalhadores que agrupe todos e possa juntar tantos votos que lhes permita recuperar algumas bancadas.

Não haverá nenhum balanço da au-

sência de estratégia, da ausência de programa, questões que evidentemente lhes são estranhas.

## **Ausência de estratégia operária**

Destacamos praticamente a ausência da estratégia da classe operária na campanha eleitoral, que ficou limitada à propaganda de um punhado de organizações revolucionárias.

Todas as colocações amplamente difundidas estiveram perfiladas para pleitear no máximo algumas reformas no regime, algumas reivindicações mais ou menos corretas, mas isoladas de toda colocação revolucionária, de classe.

A esquerda, com seu discurso reformista eleitoreiro, perdeu votos e bancadas. Esse discurso não atrai quase ninguém. Ainda que continuem convencidos de que é preciso rebaixar ainda mais o discurso para atrair mais votantes. Confessando que sua única ambição são os votos e as bancadas que vêm com eles.

Nenhuma organização colocou no centro de sua campanha o questionamento da propriedade privada dos grandes meios de produção nas mãos das multinacionais.

Nenhuma organização sequer colocou como eixo a luta antiimperialista e o desconhecimento da dívida externa (e interna). Tampouco deram explicações de porque retiraram a bandeira de “Assembléia Constituinte” que consideravam (erroneamente) uma reivindicação democrática de primeira ordem.

Nenhuma organização disse com todas as letras que o Congresso e as eleições não são o terreno onde se podem resolver nossas reivindicações. Que é um terreno dos capitalistas.

Este grave problema para a vanguarda não aparece assinalado pelas correntes democratizantes, que buscam desculpas para justificar sua pobre performance eleitoral, medida somente em quantidade de votos e bancadas perdidas.

## Espanha – Programa de trabalho temporário

A imigração anualmente de milhares de pobres africanos e de muitas outras nacionalidades para França, Alemanha, Itália, Espanha etc tem sido motivo dos governos agirem repressivamente. Os imigrantes servem de mão de obra barata e ocupam os serviços mais pesados. Sobrevivem na miséria e chegam a provocar convulsões sociais, como as manifestações da juventude oprimida francesa.

O que para os capitalistas foi uma solução para seus negócios, há algum tempo se tornou problema e motivo de pressões fascizantes. A recente eleição da direita na França indica que parte importante da população francesa vem sendo arrastada para a política de ataque aos imigrantes.

A social-democracia que está no poder na Espanha não deixa de acompanhar a tendência reacionária da burguesia europeia. Em nome do combate à imigração ilegal de africanos, o governo criou um programa de trabalho temporário.

Como funcionará? Empresário vão a países da África e de comum acordo com o governo desses países contratam uma leva para situações particulares, como colheitas, obras da construção civil e atividades do tipo. O desemprego e a miséria

do trabalhador africano são motivos usados pelos governos africanos para justificar a migração contratada.

O plano tem sido apresentado como solução humanitária para se evitar as embarcações clandestinas, os naufrágios e as mortes.

A burguesia espanhola terá a mão de obra contratada por um período, gastará pouco, ganhará muito; o governo reduzirá as pressões sociais e políticas; a população da Espanha acreditará que está sendo feito o correto para proteger seus empregos. Uma das providências da Espanha para ajudar governos africanos a combater a migração ilegal – verdadeiras fugas desesperadas de famintos – tem sido a doação de barcos e helicópteros militares. A Mauritânia e o Senegal já se valem dessa ajuda humanitária da burguesia espanhola. É claro que esta não se limita apenas a aparelhar a repressão, também se vale de “projeto de geração de emprego”.

Os colonizadores da África foram França e Inglaterra. A Espanha tem pouca ascendência sobre a África Ocidental. Por meio da “contribuição” com a migração legal, organizada pelos governos africa-

nos, se esperam estabelecer laços comerciais.

Nada disso solucionará a situação de miséria da maioria africana. Apenas folgará o governo Espanhol e contentará os exploradores espanhóis que necessitam da mão de obra semi-escrava para trabalhos temporários.

O capitalismo só tem a oferecer exploração e miséria para a classe operária. Graças à gigantesca exploração e ao saque das semicolônias que as potências puderam criar uma aristocracia operária, que é diminuta frente às grandes massas mundiais. Os governos europeus contam com essa aristocracia para continuar a escravizar os trabalhadores africanos.

Nossa luta internacional, comunista, é de unir a classe operária e todos explorados para combater medidas como estas e trabalhar para pôr fim ao sistema capitalista. A migração de africanos para Europa e a violência como os imigrantes são tratados é parte da situação de fome e miséria da maioria mundial. Os projetos da burguesia internacional de erradicar o desemprego e a pobreza absoluta se mostraram hipócritas. O capitalismo só tem a oferecer a barbárie social.

## China – Trabalho Escravo

Nas olarias de Shanxi e Henan, foram encontradas dezenas de trabalhadores em situação de escravos. Autoridades e membros do Partido Comunista Chinês (na verdade capitalista) acobertavam os proprietários que usavam mão de obra escrava. Descobriu-se a existência de tráfico de adultos e crianças transformados em prisioneiros dos exploradores. Não foi o governo quem revelou a relação de trabalho escravo, mas sim pais de crianças desaparecidas que as procuravam na província de Shanxi.

A denúncia pela Internet de que cerca de mil crianças estavam sendo usadas pelos exploradores como escravas e que as autoridades obstruíam as investigações obrigou o governo a expor o caso.

A ditadura burocrática chinesa é conhecida por fuzilar criminosos. Mas tudo indica que os donos das olarias serão poupados de qualquer séria sanção. Manterão suas propriedades. É o que vemos também no Brasil.

A China acelerou nas últimas décadas o processo de restauração capitalista. A volta das relações de exploração e acumulação de capital pela burguesia impôs o regime brutal de estafantes jornadas e baixíssimos salários. Sob o regime totalitário maoísta as massas nunca puderam experimentar as conquistas da revolução, com a restauração em curso sofrem as conseqüências da exploração interna e externa.

A revelação do trabalho escravo em um país em que a aristocracia e a burguesia chinesa foi derrubada por operários e camponeses em 1949 pode parecer surpreendente. Ocorre que o nacionalismo chinês – mal chamado de comunismo chinês – não teve como superar o atraso econômico e histórico. Continuou a depender do capitalismo mundial. A restauração expressa essa dependência.

As multinacionais se servem da mais farta e barata mão de obra. Por isso, não é surpresa o fato de atividades arcaicas,

como olarias, se valerem do trabalho escravo – forma de acumulação primitiva de capital.

Sob pressão, a burocracia chinesa decidiu estabelecer algumas regras trabalhistas. Procura regulamentar o processo de admissão e demissão, limitar o tempo de experiência e o serviço temporário.

A lei não passa de panos quentes diante da selvageria como as multinacionais e a burguesia chinesa que se reestrutura exploram. Mesmo assim, o grande capital mostra-se contrariado e ameaça transferir seus negócios da China – o Vietnã também oferece seus trabalhadores a preço aviltante – caso a alta lucratividade venha a ser limitada pela lei trabalhista. Executivos de multinacionais deixaram claro ao governo que só estão na China porque as vantagens são enormes.

Está aí o contexto econômico e social que explica a reaparecimento do trabalho escravo.

## Bolívia: Evo cumpra suas promessas!

# Repressor dos trabalhadores mineiros de Huanuni

Pucañawi

Os trabalhadores mineiros de Huanuni há vários meses atrás dialogaram com o governo do MAS e com os representantes do Ministério de Minas. Várias foram as tentativas de solucionar os problemas da empresa e a bronca dos operários continuou crescendo cada dia que passava. Ante esta situação insustentável foram realizadas assembléias seccionais das quais saíram treze pontos de pauta que expressa e permite a nossos familiares comer o suficiente e também para repor nossas forças desgastadas na empresa e que podem garantir a nossos filhos melhores condições de vida, melhor educação, pão. Os pontos mais polêmicos dos treze são os seguintes:

1.- Autonomia de gestão econômica ou autogestão

Este ponto de fato é uma cogestão operária que quer dizer colaboração de classe e seguir mantendo a ordem social capitalista imperante, respeitando a grande propriedade privada dos meios de produção. A resposta adequada seria reivindicar o controle operário coletivo na empresa, partindo do controle da empresa não somente para abrir os livros de contabilidade; o controle operário teria a finalidade de fazer avançar a luta de classes na empresa, como será dirigida a empresa, a obtenção e o destino da mais-valia (trabalho não pago), etc. Contribuindo assim para ser uma ponte para a revolução proletária e a estruturação de nosso próprio governo de operários e camponeses.

2.- Reinvestimento dos Lucros que gera a empresa minera Huanuni. No mês passado foram 11 milhões de dólares aproximadamente, que o governo do MAS destina a outras finalidades como por exemplo para suas viagens, campanhas publicitárias para ser reeleito nas eleições que já se perfilam a partir do circo da Constituinte.

3.- Aumento de ganhos e salários (não dizem o percentual).

Nós trabalhadores, que ganhamos salários de fome, seguimos produzindo como nos tempos da colônia. Devemos reivindicar o salário mínimo vital com escala móvel (a cesta básica familiar que está ao re-

dor de 7500 Bolivianos.) para repor nossas forças e alimentar nossas famílias.

4.- Monopólio da Fundação de Vinto para que seja o único que receba os minerais das empresas de COMIBOL, para evitar o juqueo (roubo) quer das empresas privadas, quer das cooperativas.

5.- Que o decreto 28901 seja elevado a categoria de lei de “nacionalização” da empresa mineira Huanuni que não se efetivou até hoje.

Ante destas reivindicações, o governo de Evo Morales e o MAS, recordando os velhos tempos dos governos de direita, ordenaram a repressão com gases e balas de borracha e golpearam sem compaixão muitos companheiros, com um saldo de 30 detidos e alguns processados como terroristas.

Nós mineiros de Huanuni lhe gritamos na cara: **Evo cumpra as suas promessas!** Nossas reivindicações devem ser generalizadas em nível nacional e em particular nas empresas privadas (pequenas, médias e grandes).

As lutas setoriais conduzem à derrota e favorecem os patrões e o governo do MAS, que é representante dos ricos.

Esta grandiosa luta política dos mineiros de Huanuni, que busca resolver a fundo os problemas sociais que se vivem em Huanuni e no país, somente se resolverá fazendo a revolução social da nação oprimida pelo imperialismo, revolução esta que politicamente será dirigida pelo proletariado para instaurar nosso próprio governo de operários e camponeses.

**Basta de repressões sanguíneas do MAS!**

**Formar os piquetes armados de autodefesa!**

**Viva a mobilização dos mineiros de Huanuni!**

Extraído do EL K'OYANCHO Nº. 3 (órgão regional do POR boliviano em Huanuni), 13 de julho de 2007.

## Quem dirigirá a revolução social?

Patrício

O camponês está empenhado em defender sua atual propriedade da terra e em recuperar a já perdida. Para materializar seu objetivo segue ou busca a aliança com outras classes sociais, ainda que não chegue o extremo de somar-se à luta por abolir a propriedade privada dos meios de produção, isto porque não passa pela sua cabeça o retorno ao comunismo.

A revolução social será materializada unicamente pelas massas de explorados e oprimidos, dirigidas pela classe operária. E por que isto? O proletariado boliviano é quantitativamente minoritário e para transformar a sociedade capitalista está obrigado a incorporar a sua luta ao conjunto das massas exploradas e oprimidas. Como direção da maioria nacional, a classe operária (concretamente seu estado maior, seu partido político) está obrigada a criar a teoria política que orientará as massas até a tomada do poder.

Por que esta classe minoritária tem de dirigir a maioria da sociedade capitalista para que contribua para sua transformação radical? Porque sendo a única portadora da propriedade social dos meios de produção, seu destino é o de dirigir a destruição da sociedade capitalista (da propriedade privada) e pôr em pé o comunismo.

A direção política do proletariado na Bolívia é o Partido Operário Revolucionário (P.O.R.) – programa que há 72 anos vem dirigindo a luta das massas contra o capitalismo opressor e servil do imperialismo, assinalando que a batalha tem como finalidade estratégica pôr em pé a ditadura do proletariado e a abertura do caminho para o comunismo. Esta síntese está desenvolvida em seu programa que se nutre da teoria marxista-leninista-trotskista.

A revolução boliviana e o governo operário e camponês (ditadura do proletariado) são

partes obrigatórias e inseparáveis da revolução proletária comunista mundial, isto para evitar que se repita a tragédia dramática do estalinismo anti-marxista, que acabou como um miserável apêndice do capitalismo. Isto ocorreu por ter mudado sua linha estratégica do internacionalismo marxista-leninista revolucionário pelo de um nacionalismo pró-imperialista.

O Partido Operário Revolucionário, sua luta e seu aporte teórico são contribuições que buscam o fortalecimento da IV Internacional marxista-leninista-trotskista, que permitirá que a vitória de nossa revolução na Bolívia se incorpore ao fortalecimento do comunismo mundial, chamado a sepultar o capitalismo putrefato e humanizar e potenciar o ser humano ameaçado hoje de acabar como uma peça a mais da máquina.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2046 de 20/07/07)